

Ronny Charles
Lopes de Torres



Leis de
**LICITAÇÕES
PÚBLICAS**
comentadas

14^a
EDICÃO

REVISTA
AMPLIADA
ATUALIZADA

2023

1230828



www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo

Tel: (11) 3582.5757

- Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

Copyright: Edições JusPODIVM

Diagramação: Equipe JusPODIVM

Capa: Ana Caquetti

T693I Torres, Ronny Charles Lopes de
Leis de Licitações Públicas Comentadas / Ronny Charles Lopes de Torres – 14.ed., rev.,
atual. e ampl. - São Paulo: Editora Juspodivm, 2023.
1040 p.

Inclui Bibliografia
ISBN: 978-85-442-4180-6

1. Direito Administrativo. 2. Licitações. I. Torres, Ronny Charles Lopes de. II. Título.

CDD 341.3

BIBLIOTECÁRIA RESPONSÁVEL

Ana Carolina Ribeiro Mois – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.

Sumário

PARTE 1 LEI Nº 14.133/2021

TÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	39
CAPÍTULO I – DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO DESTA LEI	39
1 LICITAÇÃO PÚBLICA.....	40
1.1 ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A SELEÇÃO DE FORNECEDORES E A APROVAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES	41
1.2 FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS.....	45
1.3 COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	45
1.3.1 Competência legislativa e autonomia administrativa	48
1.3.2 Não exaurimento da competência legislativa privativa	48
1.4 NORMAS MATERIALMENTE GERAIS X NORMAS MATERIALMENTE ESPECÍFICAS	49
1.5 CARÁTER GERAL DAS NORMAS E COMPETÊNCIA PARA REGULAMENTAÇÃO.....	53
1.6 NORMAS FEDERAIS DE CARÁTER ESPECÍFICO E CONSTITUCIONALIDADE.....	55
1.7 PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE DE LICITAR EM SUAS PERSPECTIVAS BUROCRÁTICA, DEMOCRÁTICA E SUBJETIVA	55
1.7.1 Exceções ao princípio da obrigatoriedade	57
1.7.2 Exceções ao princípio da obrigatoriedade e competência legislativa	58
1.8 ASPECTOS DE TEORIA ECONÓMICA DAS LICITAÇÕES NO CASO BRASILEIRO	59
1.9 DESTINATÁRIOS DAS REGRAS LICITATÓRIAS	63
1.9.1 Fundos especiais	63
1.9.2 Entidades controladas.....	63
1.9.3 Serviços Sociais Autônomos.....	63
1.9.4 Organizações Sociais (OS).....	64
1.9.5 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs).....	65
1.9.6 Estatais	66
1.10 LICITAÇÕES COM RECURSOS PROVENIENTES DE ORGANISMOS INTERNACIONAIS	67
1.10.1 Origem internacional dos recursos	67
1.10.2 Competência do Congresso Nacional	68
1.10.3 Mitigação das regras licitatórias e captação parcial de recursos.....	68
1.10.4 Mitigações e exigências do doador	69
1.10.5 Mitigações e respeito aos princípios constitucionais.....	70
1.10.6 Licitações internacionais e vedação a países específicos.....	70
1.10.7 Recursos internacionais e aprovação pelo parecerista jurídico.....	71
2 OBJETO DA LICITAÇÃO	71
2.1 OBJETO DA LICITAÇÃO X PRETENSÃO CONTRATUAL.....	71
3 HIPÓTESES DE NÃO SUBMISSÃO AO REGIME LICITATÓRIO E CONTRATUAL.....	72
3.1 CONSEQUÊNCIAS DA NÃO SUBMISSÃO AO REGIME LICITATÓRIO E CONTRATUAL.....	73

3.2	CARÁTER EXEMPLIFICATIVO DO ELENCO	73
4	MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE.....	74
4.1	DA NÃO APLICAÇÃO DAS REGRAS DA LC 123/2006	75
CAPÍTULO II – DOS PRINCÍPIOS.....		76
5	PRINCÍPIOS.....	77
5.1	LEGALIDADE.....	77
5.2	IMPESSOALIDADE.....	81
5.3	MORALIDADE.....	81
5.4	PUBLICIDADE	82
5.4.1	Publicidade e lei de acesso à informação	82
5.5	EFICIÊNCIA.....	84
5.6	INTERESSE PÚBLICO	86
5.7	PROBIDADE ADMINISTRATIVA	86
5.8	IGUALDADE.....	87
5.9	PLANEJAMENTO	89
5.10	TRANSPARÊNCIA.....	90
5.11	SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES.....	91
5.12	MOTIVAÇÃO.....	92
5.13	VINCULAÇÃO AO EDITAL.....	93
5.14	VINCULAÇÃO AO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO E FORMALISMO MODERADO	93
5.15	JULGAMENTO OBJETIVO	93
5.16	SEGURANÇA JURÍDICA.....	94
5.17	RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE.....	94
5.18	COMPETITIVIDADE.....	96
5.19	DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL	97
5.20	LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	97
CAPÍTULO III – DAS DEFINIÇÕES.....		98
6	DEFINIÇÕES LEGAIS.....	105
CAPÍTULO IV – DOS AGENTES PÚBLICOS.....		105
7	LICITAÇÕES E DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS.....	107
7.1	DESIGNAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS E SEGREGAÇÃO DE FUNÇÕES	109
7.2	SEGREGAÇÃO DE RESPONSABILIDADES	109
8	AGENTE DE CONTRATAÇÃO	110
8.1	DA CONDIÇÃO DE SERVIDOR EFETIVO OU DE EMPREGADO PÚBLICO	112
8.2	AGENTE DE CONTRATAÇÃO E O DECRETO FEDERAL N ° 11.246, DE 2022	112
8.2.1	Atribuição do agente de contratação e o regulamento federal	113
9	AGENTE PÚBLICO E VEDAÇÕES	115
10	DEFESA DOS AGENTES PÚBLICOS PELA ADVOCACIA PÚBLICA	117
10.1	IMPORTÂNCIA DO ESTABELECIMENTO DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL PELO ÓRGÃO DE ADVOCACIA PÚBLICA.....	118
10.2	DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL E RESPONSABILIDADE DA ADVOCACIA PÚBLICA PELA NECESSIDADE DE DEFESA	120

SUMÁRIO

10.3	DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL E ATOS PRATICADOS POR AGENTE DE CONSELHOS PROFISSIONAIS.....	120
10.4	CONSTITUCIONALIDADE DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO JUDICIAL OU EXTRAJUDICIAL PELA ADVOCACIA PÚBLICA.....	121
10.5	DO DIREITO DE REPRESENTAÇÃO EM FACE DA ORIENTAÇÃO JURÍDICA DIFERENTE DA INDICADA PELO ARTIGO 53.....	122
TÍTULO II – DAS LICITAÇÕES		123
CAPÍTULO I – DO PROCESSO LICITATÓRIO		123
11	DOS OBJETIVOS DO PROCESSO LICITATÓRIO	127
11.1	PROPOSTA MAIS VANTAJOSA (VANTAJOSIDADE).....	127
11.2	TRATAMENTO ISONÔMICO E JUSTA COMPETIÇÃO.....	128
11.3	EVITAR SOBREPREGO, PREÇOS MANIFESTAMENTE INEXEQUÍVEIS E SUPERFATURAMENTO	128
11.4	INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL.....	129
11.5	DA GOVERNANÇA DAS CONTRATAÇÕES.....	129
11.5.1	Governança das contratações federais e normatização federal (portaria SEGES/ME nº 8.678/2021).....	130
12	ASPECTOS PROCEDIMENTAIS	136
12.1	DO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL.....	136
12.2	DECRETO FEDERAL Nº 10.947/2022 E O PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL (PCA)	137
13	PUBLICIDADE E ACESSO AOS ATOS DO PROCEDIMENTO.....	138
14	VEDAÇÕES À PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO OU NA EXECUÇÃO CONTRATUAL.....	138
14.1	VEDAÇÃO DECORRENTE DE SANÇÃO E O REFLEXO EM TERCEIROS.....	139
14.2	VEDAÇÃO E AUTORIA DOS PROJETOS.....	140
14.3	VEDAÇÃO E CONTRATAÇÕES PARCIALMENTE FINANCIADAS POR AGÊNCIA OFICIAL DE COOPERAÇÃO ESTRANGEIRA OU POR ORGANISMO FINANCEIRO INTERNACIONAL.....	141
15	PARTICIPAÇÃO DE CONSÓRCIOS NAS LICITAÇÕES	141
15.1	LIMITAÇÃO AO NÚMERO DE EMPRESAS NO CONSÓRCIO	143
15.2	ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO DO CONSÓRCIO.....	143
15.3	REGULARIDADE JURÍDICA DO CONSÓRCIO.....	145
16	PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS NAS LICITAÇÕES	145
16.1	CONTRATAÇÃO DE COOPERATIVAS E IN 05/2017 (EXPOSIÇÃO ILUSTRATIVA).....	146
16.2	COOPERATIVAS DE TRABALHO E A LEI Nº 12.690/2012	147
17	DAS FASES DO PROCESSO LICITATÓRIO	148
17.1	DO FORMATO ELETRÔNICO	149
17.2	DA ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DA PROPOSTA	149
17.3	DA EXIGÊNCIA DE CERTIFICAÇÕES	149
CAPÍTULO II – DA FASE PREPARATÓRIA		150
SEÇÃO I – DA INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO		150
18	DA FASE PREPARATÓRIA DO PROCESSO LICITATÓRIO.....	157
18.1	DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR	158
18.1.1	Estudo técnico preliminar e a instrução normativa SEGES nº 58/2022.....	160
18.1.2	Da obrigatoriedade de elaboração do estudo técnico preliminar	164

18.2	DEFINIÇÃO DO OBJETO	166
18.3	TERMO DE REFERÊNCIA	167
18.3.1	Termo de referência e a instrução normativa SEGES/ME nº 81 de 25 de novembro de 2022	168
18.3.2	Sistema TR Digital	169
18.3.3	Exceções à elaboração DO TR e IN 81-2022.....	171
18.4	PROJETO BÁSICO.....	171
18.4.1	Projeto básico e elementos mínimos	172
18.5	ANTEPROJETO DE ENGENHARIA.....	175
18.6	PROJETO EXECUTIVO.....	176
18.7	ANÁLISE DE RISCOS.....	177
18.8	A ANÁLISE DE MERCADO COMO COMPONENTE DE APERFEIÇOAMENTO DO PLANEJAMENTO	177
19	DAS ATRIBUIÇÕES DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO COM COMPETÊNCIAS REGULAMENTARES.....	178
19.1	DO CATÁLOGO ELETRÔNICO DE PADRONIZAÇÃO DE COMPRAS, SERVIÇOS E OBRAS... ..	178
19.2	<i>BUILDING INFORMATION MODELLING – BIM</i>	179
20	DA VEDAÇÃO À AQUISIÇÃO DE ARTIGOS DE LUXO.....	180
21	AUDIÊNCIA PÚBLICA E CONSULTA PÚBLICA.....	182
22	MATRIZ DE RISCOS.....	182
22.1	TAXA DE RISCOS.....	183
23	ESTIMATIVA DE PREÇOS (PESQUISA DE PREÇOS)	184
23.1	PREÇO DE REFERÊNCIA, PREÇO DE MERCADO E PREÇO TRANSACIONAL.....	184
23.2	FUNÇÃO DA ESTIMATIVA DE PREÇOS	186
23.3	INEXATIDÃO DAS ESTIMATIVAS DE CUSTOS (PESQUISA DE PREÇOS).....	187
23.4	PESQUISA DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES	188
23.5	PREÇO MÁXIMO X PREÇO ESTIMADO.....	189
23.6	PESQUISA COM FORNECEDORES	190
23.7	OUTRAS FORMAS EFICIENTES PARA ESTIMATIVA DE PREÇOS	191
23.8	ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.....	192
23.9	ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS CONTRATAÇÕES REALIZADAS POR MUNICÍPIOS, ESTADOS E DISTRITO FEDERAL	195
23.10	ESTIMATIVA DE PREÇOS NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS.....	195
23.11	ESTIMATIVA DE PREÇOS E RESPONSABILIDADE.....	195
23.12	ESTIMATIVA DE PREÇOS E A INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 65/2021.....	196
23.12.1	Critérios de elaboração da pesquisa e precificação dos riscos.....	197
23.12.2	Parâmetros de pesquisa da IN 65/2021	198
23.12.3	IN 65/2021 e pesquisa de preços com fornecedores	199
23.12.4	IN 65/2021 e metodologia para obtenção do preço estimado	200
23.12.5	IN 65/2021 e a pesquisa de preços na contratação direta	201
23.12.6	IN 65/2021 e contratação de itens de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC	201
23.12.7	Adoção da IN 65/2021 pela administração pública estadual, distrital ou municipal.....	202

SUMÁRIO

23.12.8	Use da IN 65/2021 para adesões e para contratações de itens específicos em licitações para SRP com adjudicação por grupo	202
23.12.9	IN 65/2021 e orçamento sigiloso	202
24	ORÇAMENTO SIGILOSO	203
24.1	ORÇAMENTO SIGILOSO PARCIAL	204
24.2	ORÇAMENTO SIGILOSO E PROCEDIMENTO INTERNO	205
24.3	ORÇAMENTO SIGILOSO E ACESSO PELO CONTROLE INTERNO E EXTERNO	205
24.4	ORÇAMENTO SIGILOSO COMO OPÇÃO DISCRICIONÁRIA	206
24.5	ORÇAMENTO SIGILOSO E MOMENTO DE DIVULGAÇÃO	207
24.6	ORÇAMENTO SIGILOSO E LEGISLAÇÕES ESTRANGEIRAS	209
24.7	ORÇAMENTO SIGILOSO E ANÁLISE ECONÔMICA	211
24.8	ORÇAMENTO SIGILOSO E A POTENCIAL VANTAGEM ECONÔMICA NA CONTRATAÇÃO PÚBLICA	212
24.9	ORÇAMENTO SIGILOSO COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO	215
25	EDITAL	218
25.1	EDITAL E SIMPLIFICAÇÃO	218
25.2	PADRONIZAÇÃO DE MINUTAS DE EDITAIS	219
25.3	ELEMENTOS LOCAIS NA PLANILHA DE CUSTOS	219
25.4	DA DIVULGAÇÃO	219
25.5	DA IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE INTEGRIDADE	220
25.6	DO LICENCIAMENTO AMBIENTAL	223
25.7	DO REAJUSTAMENTO	223
25.8	A EXIGÊNCIA DAS COTAS EM RELAÇÃO À MÃO DE OBRA DO CONTRATO	224
26	DA MARGEM DE PREFERÊNCIA	224
26.1	DAS MEDIDAS DE COMPENSAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL OU TECNOLÓGICA OU ACESSO A CONDIÇÕES VANTAJOSAS DE FINANCIAMENTO	225
26.2	LICITAÇÕES RESTRITAS A BENS E SERVIÇOS COM TECNOLOGIA DESENVOLVIDA NO PAÍS	225
27	DIVULGAÇÃO DAS EMPRESAS FAVORECIDAS	226
	SEÇÃO II – DAS MODALIDADES DE LICITAÇÃO	226
28	MODALIDADES LICITATÓRIAS	228
28.1	VEDAÇÃO À CRIAÇÃO OU COMBINAÇÃO DE NOVAS MODALIDADES LICITATÓRIAS	229
28.2	MODALIDADES LICITATÓRIAS E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	230
29	CONCORRÊNCIA E PREGÃO	230
30	CONCURSO	231
31	LEILÃO	232
31.1	LEILÃO COMUM E LEILÃO ADMINISTRATIVO	233
31.2	LEILÃO ADMINISTRATIVO PARA ESTADOS E MUNICÍPIOS	233
31.3	TIPOS DE LEILÕES (INGLÊS, HOLANDÊS, PRIMEIRO PREÇO, VICKREY, ABERTO E FECHADO)	234
31.4	CONTRATAÇÃO DE LEILOEIRO	235
32	DIÁLOGO COMPETITIVO	235

32.1	APLICAÇÃO DO DIÁLOGO COMPETITIVO	236
32.2	DIÁLOGO COMPETITIVO E PROCEDIMENTO.....	238
32.3	ADMINISTRAÇÃO DIALÓGICA	239
32.4	DIÁLOGO COMPETITIVO E COMISSÃO	239
32.5	DIÁLOGO COMPETITIVO X PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE (PMI)....	240
32.6	DIRETIVAS DA UNIÃO EUROPEIA 2014/24 E MODELOS DE PROCEDIMENTO CONCORREN- RENCIAL DIALÓGICO E FLEXÍVEL	242
SEÇÃO III – DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO		244
33	CRITÉRIOS DE JULGAMENTO	246
34	MENOR PREÇO OU MAIOR DESCONTO	247
34.1	DA AFERIÇÃO DO MENOR PREÇO PELO MAIOR DESCONTO EM TABELA OU PLANILHA ...	247
35	MELHOR TÉCNICA OU CONTEÚDO ARTÍSTICO	249
36	TÉCNICA E PREÇO.....	250
37	NUANCES COMUNS AOS CRITÉRIOS MELHOR TÉCNICA OU TÉCNICA E PREÇO	251
37.1	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E O USO OBRIGATÓRIO DA MELHOR TÉCNICA OU TÉCNICA E PREÇO	252
38	DA EXIGÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DE PROFISSIONAL INDICADO NA LICITAÇÃO, DURANTE A EXECUÇÃO CONTRATUAL	254
39	MAIOR RETORNO ECONÔMICO.....	254
39.1	CONTRATO DE EFICIÊNCIA.....	256
SEÇÃO IV – DISPOSIÇÕES SETORIAIS		258
SUBSEÇÃO I – DAS COMPRAS.....		258
40	DO PLANEJAMENTO DE COMPRAS.....	260
40.1	CONDIÇÕES DO SETOR PRIVADO	261
40.2	CONDIÇÕES DO SETOR PRIVADO PARA OBRAS E SERVIÇOS.....	262
40.3	TERMO DE REFERÊNCIA NAS COMPRAS	262
40.4	ESPECIFICAÇÃO DO BEM E PLANEJAMENTO	263
40.5	PRINCÍPIO DO PARCELAMENTO	263
40.6	PARCELAMENTO (DIVISÃO) DA PRETENSÃO CONTRATUAL	264
40.6.1	Adjudicação por item.....	265
40.6.2	Adjudicação por itens X aglutinação de objetos.....	266
40.6.3	Adjudicação por item e empreitada por preço global	267
40.6.4	Item X lote X grupo	267
40.6.5	Divisão da pretensão contratual no direito europeu.....	269
41	LICITAÇÃO PARA FORNECIMENTO DE BENS.....	271
41.1	INDICAÇÃO DE MARCA	272
41.2	AMOSTRA.....	274
41.3	VEDAÇÃO À CONTRATAÇÃO DE MARCA OU PRODUTO	275
41.4	CARTA DE SOLIDARIEDADE	276
42	DA PROVA DE QUALIDADE DE PRODUTO	277
43	PROCESSO DE PADRONIZAÇÃO	278
44	DA COMPRA OU LOCAÇÃO DE BENS	279

SUBSEÇÃO II – DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	279
45 OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	280
45.1 PROJETO BÁSICO E IMPACTO AMBIENTAL	281
46 REGIMES DE EXECUÇÃO.....	281
46.1 EXECUÇÃO DIRETA X EXECUÇÃO INDIRETA.....	282
46.2 EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO.....	282
46.3 EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL.....	283
46.4 EMPREITADA INTEGRAL.....	284
46.4.1 Empreitada integral e aditivos	285
46.5 TAREFA	285
46.6 CONTRATAÇÃO INTEGRADA	286
46.7 CONTRATAÇÃO SEMI-INTEGRADA	288
46.8 LIMITES AO REGIMES DE CONTRATAÇÃO INTEGRADA E SEMI-INTEGRADA.....	289
SUBSEÇÃO III – DOS SERVIÇOS EM GERAL	291
47 LICITAÇÕES DE SERVIÇOS PRINCÍPIOS.....	292
47.1 SERVIÇOS TERCEIRIZADOS DIVERSOS, AGLUTINAÇÃO E ADJUDICAÇÃO POR ITENS.....	292
48 TERCEIRIZAÇÃO	293
48.1 TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS E AS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.....	294
48.2 TERCEIRIZAÇÃO E O DILEMA: ATIVIDADE-FIM VERSUS ATIVIDADE-MEIO.....	295
48.3 VEDAÇÕES À TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS.....	300
48.4 REGRAS PARA OS INSTRUMENTOS CONVOCATÓRIOS E CONTRATOS.....	301
48.5 TERCEIRIZAÇÃO E QUEBRA DA IMPESSOALIDADE.....	304
48.6 ÓRGÃOS PÚBLICOS E CONTRATAÇÕES DE “FACILITIES”.....	304
49 DA CONTRATAÇÃO SIMULTÂNEA.....	306
49.1 A QUESTÃO DA PERDA DE ECONOMIA DE ESCALA	307
50 SERVIÇOS COM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.....	308
50.1 GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL.....	308
50.2 GESTOR DO CONTRATO E FISCAL DO CONTRATO	309
50.3 FISCALIZAÇÃO TÉCNICA, ADMINISTRATIVA, SETORIAL E PELO PÚBLICO USUÁRIO.....	309
50.4 GESTÃO, FISCALIZAÇÃO E A NECESSIDADE DE CAPACITAÇÃO.....	311
50.5 REGISTRO DAS OCORRÊNCIAS PELO FISCAL	311
50.6 PREPOSTO DA EMPRESA	312
SUBSEÇÃO IV – DA LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	312
51 LOCAÇÃO DE IMÓVEIS	313
SUBSEÇÃO V – DAS LICITAÇÕES INTERNACIONAIS	313
52. LICITAÇÕES INTERNACIONAIS	313
CAPÍTULO III – DA DIVULGAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO	315
53 ANÁLISE PELO ÓRGÃO DE ACESSORAMENTO JURÍDICO	316
53.1 ADVOCACIA PÚBLICA E CONFIGURAÇÃO CONSTITUCIONAL.....	316
53.2 DA ATUAÇÃO DO ÓRGÃO DE ACESSORIA JURÍDICA NA LEI Nº 8.666/93.....	318
53.3 O ÓRGÃO DE ACESSORAMENTO JURÍDICO NA LEI Nº 14.133/2021 (NOVA LEI DE LICITAÇÕES).....	319

53.4	FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DE ASSESSORIA JURÍDICA	320
53.5	PAPEL DE CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	321
53.6	DA NATUREZA JURÍDICA DO CONTROLE DE LEGALIDADE EXERCIDO PELO ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO	323
53.7	EFEITOS DO DESRESPEITO AO CARÁTER PREVENTIVO DA ANÁLISE JURÍDICA	323
53.8	NATUREZA NÃO VINCULANTE DO PARECER JURÍDICO	324
53.9	ANÁLISE JURÍDICA E PARECERES SINTÉTICOS	325
53.10	ANÁLISE JURÍDICA E PARECER REFERENCIAL	326
53.11	DA DISPENSA DA ANÁLISE JURÍDICA PARA CONTROLE PRÉVIO DE LEGALIDADE	328
53.11.1	Competência para a relativização da análise jurídica para controle prévio de legalidade	329
53.12	DOS VETOS AOS §§2º E 6º DO ARTIGO 53	330
53.13	PAPEL DE APOIO JURÍDICO A OUTROS SERVIDORES	331
53.13.1	Da relevância do apoio jurídico prestado pela Advocacia Pública	332
53.14	RESPONSABILIDADE DO PARECERISTA JURÍDICO.....	334
53.14.1	Da inviolabilidade do advogado	335
53.14.2	Da ausência de competência do Tribunal de Contas para a responsabilização do advogado por sua opinião jurídica	336
53.14.3	Natureza da atividade do parecerista jurídico	339
53.14.4	Responsabilização de gestores e parecerista jurídico	341
53.14.5	Posição do STF e responsabilidade do parecerista	342
53.14.6	TCU e manifestação jurídica irrazoável	346
53.14.7	Posição da OAB.....	349
54	PUBLICIDADE DO EDITAL.....	350
54.1	DA PUBLICAÇÃO OBRIGATÓRIA EM DIÁRIO OFICIAL E EM JORNAL DE GRANDE CIRCULAÇÃO	350
CAPÍTULO IV – DA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES		351
55	PRAZOS PARA APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS E LANCES	353
55.1	MODIFICAÇÕES NO EDITAL, DIVULGAÇÃO E PRAZOS	354
55.2	INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES 73/2022 E A APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E LANCES	355
56	DOS MODOS DE DISPUTA	356
56.1	VEDAÇÕES	358
56.2	MODOS DE DISPUTA E A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES 73/2022.....	358
56.3	LANCES INTERMEDIÁRIOS	360
56.4	REINÍCIO DA DISPUTA	361
56.5	LICITAÇÕES DE OBRAS OU SERVIÇOS DE ENGENHARIA	361
56.5.1	Bonificações e Despesas Indiretas – BDI	361
56.6	“PREGÃO NEGATIVO”	363
57	DO INTERVALO MÍNIMO ENTRE LANCES	363
57.1	USO DE ROBÔS PELOS LICITANTES	364
58	DA GARANTIA DA PROPOSTA	367
CAPÍTULO V – DO JULGAMENTO.....		368
59	DESCLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS	369

59.1	DESCCLASSIFICAÇÃO E SANEAMENTO.....	370
59.2	PREÇOS INEXEQUÍVEIS	371
59.3	EXEQUIBILIDADE E AS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA	372
59.4	CRITÉRIOS DE ACEITABILIDADE, JOGO DE CRONOGRAMA E JOGO DE PLANILHA.....	373
59.5	CRITÉRIOS DE INEXEQUIBILIDADE	374
59.5.1	Créritos de inexequibilidade e a instrução normativa SEGES 73/2022.....	374
59.6	DILIGÊNCIAS.....	375
59.7	DILIGÊNCIAS E DISCRICIONARIEDADE	376
59.8	FORMAS DE DILIGÊNCIA.....	376
59.9	DESCCLASSIFICAÇÃO POR INEXEQUIBILIDADE E JUSTIFICATIVA.....	377
59.10	GARANTIA ADICIONAL.....	378
60	CRITÉRIOS DE DESEMPATE.....	378
61	NEGOCIAÇÃO.....	379
	CAPÍTULO VI – DA HABILITAÇÃO	380
62	DA HABILITAÇÃO	384
62.1	HABILITAÇÃO E PROPORCIONALIDADE.....	385
62.2	HABILITAÇÃO E DISFUNÇÃO.....	386
63	DECLARAÇÕES E EXIGÊNCIAS GERAIS DE HABILITAÇÃO.....	387
63.1	ATESTADO DE VISITA TÉCNICA MONITORADA (VISTORIA PRÉVIA).....	388
64	DILIGÊNCIAS.....	389
65	CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E PREVISÃO EDITALÍCIA.....	391
66	HABILITAÇÃO JURÍDICA.....	391
67	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	392
67.1	CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL E CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL.....	393
67.2	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ROL LEGAL EXAUSTIVO	393
67.3	HABILITAÇÃO E ATESTADOS	394
67.4	SOMATÓRIOS DE ATESTADOS.....	394
67.5	INDICAÇÃO DE INSTALAÇÕES DE CANTEIROS, MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E PESSOAL... ..	395
67.6	ATENDIMENTO DE REQUISITOS PREVISTOS EM LEI ESPECIAL	395
67.7	REGISTRO OU INSCRIÇÃO EM ENTIDADE PROFISSIONAL.....	396
67.8	DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES PARA A EXECUÇÃO CONTRATUAL.. ..	397
67.9	PROVA DE EXPERIÊNCIA POR DETERMINADO PERÍODO	397
67.10	QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E CONSÓRCIO	397
67.11	OUTRAS NUANCES DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA	398
68	REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA.....	399
68.1	REGULARIDADE FISCAL.....	399
68.1.1	Regularidade fiscal e limites constitucionais.....	399
68.1.2	Regularidade fiscal e judicialização.....	400
68.1.3	certidão de regularidade fiscal não fornecida no município do licitante	403
68.1.4	Regularidade fiscal e compatibilidade com o objeto licitado	403
68.2	REGULARIDADE PERANTE A JUSTIÇA DO TRABALHO E CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS (CNDT)	404
68.2.1	Fundamentos da CNDT.....	405

68.2.2	Certidão trabalhista e exigência em qualquer contratação.....	405
69	HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA	406
69.1	BALANÇO PATRIMONIAL	407
69.2	FALÊNCIA	408
69.3	HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E VEDAÇÕES	409
69.4	REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA COMPRAS COM ENTREGA FUTURA, OBRAS E SERVIÇOS	409
69.5	RELAÇÃO DOS COMPROMISSOS ASSUMIDOS PELO LICITANTE	410
70	MITIGAÇÃO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	411
70.1	DISPENSA DE HABILITAÇÃO E REGULARIDADE COM A SEGURIDADE SOCIAL.....	412
CAPÍTULO VII – DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO		413
71	DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO	413
71.1	DA AUTOTUTELA ADMINISTRATIVA.....	414
71.2	REVOGAÇÃO DA LICITAÇÃO	414
71.3	ANULAÇÃO DA LICITAÇÃO.....	415
71.4	AUTOTUTELA E DECADÊNCIA	416
71.5	INVALIDAÇÃO, AMPLA DEFESA E CONTRADITÓRIO	416
71.6	CONVALIDAÇÃO DE VÍCIO DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	416
CAPÍTULO VIII – DA CONTRATAÇÃO DIRETA.....		420
SEÇÃO I – DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.....		420
72	CONTRATAÇÃO DIRETA.....	421
72.1	CONTRATAÇÃO DIRETA E REGIME JURÍDICO-ADMINISTRATIVO	421
72.2	CONTRATAÇÃO DIRETA E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA	422
72.3	DO PROCESSO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.....	423
72.4	CONTRATAÇÃO DIRETA E ANÁLISE JURÍDICA OBRIGATÓRIA	423
72.5	JUSTIFICATIVA DO PREÇO	424
72.6	CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE E A COTAÇÃO COM OUTROS FORNECEDORES.....	426
72.7	PONDERAÇÃO ECONÔMICA SOBRE A JUSTIFICATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE.....	428
72.8	CONTRATAÇÃO DIRETA E DÉBITO COM A SEGURIDADE SOCIAL	429
73	CONTRATAÇÃO DIRETA E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.....	431
SEÇÃO II – DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO		432
74	INEXIGIBILIDADE	433
74.1	INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO	434
74.2	INEXIGIBILIDADE E JUSTIFICATIVA	435
74.3	INEXIGIBILIDADE E NÃO TAXATIVIDADE	436
74.4	CONTRATAÇÃO COM FORNECEDOR EXCLUSIVO	436
74.4.1	Delimitação da exclusividade.....	437
74.4.2	Exclusividade absoluta e exclusividade relativa	437
74.5	PROFISSIONAL DE SETOR ARTÍSTICO E INEXIGIBILIDADE	437
74.5.1	Contratação do artista por empresário exclusivo	438
74.5.2	Contratações artísticas e concurso.....	439

74.6	SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS E INEXIGÍVEIS	439
74.6.1	SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS.....	440
74.6.1.1	serviços técnicos especializados e participação do corpo técnico na execução contratual.....	441
74.6.2	Notória especialização.....	441
74.6.2.1	Notória especialização e respeito à impessoalidade	442
74.6.3	Da não exigência de natureza singular ao serviço	443
74.6.4	Inexigibilidade e contratação de advogado e de contador	444
74.6.5	Vedação para serviços de publicidade.....	448
74.6.6	Lei federal nº 12.232/2010 e licitação de serviços de publicidade	448
74.7	OBJETOS QUE DEVAM OU POSSAM SER CONTRATADOS POR MEIO DE CREDENCIAMENTO	450
74.8	AQUISIÇÃO OU LOCAÇÃO DE IMÓVEL CUJAS CARACTERÍSTICAS DE INSTALAÇÕES E DE LOCALIZAÇÃO TORNEM NECESSÁRIA SUA ESCOLHA.....	451
74.8.1	Requisitos	451
74.8.2	Desnecessidade de existência de um único imóvel apto	452
74.8.3	Contratação direta de locação sob medida (<i>built to suit</i>)	453
SEÇÃO III – DA DISPENSA DE LICITAÇÃO		455
75	DISPENSA.....	458
75.1	DISPENSA DE PEQUENO VALOR (INCISOS I E II)	459
75.1.1	Dispensa de pequeno valor e fracionamento ilícito	459
75.1.2	Fracionamento ilícito e necessidade superveniente	461
75.1.3	Serviços de manutenção de veículos automotores	461
75.1.4	Dispensa de pequeno valor e consórcio público	462
75.1.5	Dispensa de pequeno valor e procedimento eletrônico.....	463
75.1.6	Dispensa eletrônica e a instrução normativa n. 67/2021	463
75.1.7	Dispensa eletrônica: hipóteses de uso e procedimento.....	464
75.1.8	Dispensa de pequeno valor e aditivo para aumento contratual.....	467
75.2	LICITAÇÃO DESERTA E FRACASSADA	468
75.2.1	Do prazo de um ano da realização da licitação	469
75.2.2	Da manutenção das condições definidas no anterior edital	469
75.2.3	Licitação deserta ou fracassada e Sistema de Registro de preços	470
75.3	AQUISIÇÃO DE COMPONENTES VINCULADA À GARANTIA (INC. IV, ALÍNEA A)	470
75.4	DISPENSA EM FACE DE ACORDO INTERNACIONAL (INC. IV, ALÍNEA B)	470
75.5	PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (INC. IV, ALÍNEA C).....	471
75.6	CONTRATAÇÃO POR INSTITUIÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (INC. IV, ALÍNEA D).....	471
75.7	COMPRAS DE GÊNEROS PERECÍVEIS (INC. IV, ALÍNEA E)	472
75.8	COMPLEXIDADE TECNOLÓGICA E DEFESA NACIONAL (INC. IV, ALÍNEA F).....	472
75.9	PADRONIZAÇÃO DE MATERIAL MILITAR (INC. IV, ALÍNEA G).....	472
75.10	CONTINGENTES MILITARES (INC. IV, ALÍNEA H)	473
75.11	ABASTECIMENTO DE EMBARCAÇÕES, AERONAVES E TROPAS (INC. IV, ALÍNEA I).....	473
75.12	RESÍDUOS SÓLIDOS (INC. IV, ALÍNEA J)	473
75.13	OBRA DE ARTE E OBJETOS HISTÓRICOS (INC. IV, ALÍNEA K)	474
75.14	CONTRATAÇÕES DE ESTÍMULO À INOVAÇÃO CIENTÍFICA (INCISO V)	474

75.15	CONTRATAÇÃO QUE POSSA ACARREJAR COMPROMETIMENTO DA SEGURANÇA NACIONAL (INCISO VI).....	478
75.16	DECLARAÇÃO DE GUERRA E PERTURBAÇÃO DA ORDEM (INCISO VII).....	479
75.17	EMERGÊNCIA OU CALAMIDADE PÚBLICA (INCISO VIII).....	480
75.17.1	Dispensa emergencial e desídia do gestor público.....	480
75.17.2	Gestor desidioso e responsabilização.....	481
75.17.3	Contratação emergencial e contingenciamento.....	482
75.17.4	Contratação emergencial e prorrogação.....	482
75.17.5	Situação emergencial ou de calamidade e discricionariedade da contratação direta.....	483
75.17.6	Dispensa emergencial e sublimação da fase interna.....	484
75.18	CONTRATAÇÃO DE ÓRGÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (INCISO IX).....	485
75.19	INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO (INCISO X).....	485
75.20	CONTRATO DE PROGRAMA EM CONSÓRCIO PÚBLICO OU CONVÊNIO DE COOPERAÇÃO (INCISO XI).....	485
75.20.1	Consórcio público.....	487
75.20.2	Contrato de Programa.....	487
75.21	CONTRATAÇÃO DE PRODUTOS ESTRATÉGICOS PARA O SUS (INCISO XII).....	488
75.22	CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA A COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE CRITÉRIOS DE TÉCNICA (INCISO XIII).....	489
75.23	ASSOCIAÇÃO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA (INCISO XIV).....	489
75.24	DISPENSA PARA PESQUISA, ENSINO, DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL OU RECUPERAÇÃO SOCIAL DE PRESOS (INC. XV).....	489
75.24.1	Instituição e pertinência com o objeto contratado.....	490
75.24.2	A dispensa do inciso XV e a subcontratação.....	490
75.24.3	Pluralidade de instituições e licitação.....	491
75.25	AQUISIÇÃO DE INSUMOS ESTRATÉGICOS PARA A SAÚDE (INCISO XVI).....	492
CAPÍTULO IX – DAS ALIENAÇÕES.....		492
76	DAS ALIENAÇÕES DE BENS PÚBLICOS.....	494
76.1	AVALIAÇÃO IMOBILIÁRIA.....	495
76.2	DAÇÃO EM PAGAMENTO.....	496
76.3	DOAÇÃO DE IMÓVEL PÚBLICO.....	496
76.4	ALIENAÇÃO DE BENS PÚBLICOS E ABUSO ADMINISTRATIVO.....	497
76.5	DESAFETAÇÃO.....	497
77	ALIENAÇÃO E DIREITO DE PREFERÊNCIA.....	498
CAPÍTULO X – DOS INSTRUMENTOS AUXILIARES.....		498
SEÇÃO I – DOS PROCEDIMENTOS AUXILIARES.....		498
78	PROCEDIMENTOS AUXILIARES.....	499
SEÇÃO II – DO CREDENCIAMENTO.....		499
79	CREDENCIAMENTO.....	500
79.1	CREDENCIAMENTO E NATUREZA JURÍDICA.....	501
79.2	CREDENCIAMENTO E CONTRATAÇÕES DIRETAS.....	502
79.3	CREDENCIAMENTO E APLICABILIDADE.....	503

SUMÁRIO

79.3.1	Contratação paralela e não excludente.....	503
79.3.2	Seleção a critério de terceiros	504
79.3.3	Mercados fluidos.....	505
79.4	CREDENCIAMENTO E BALIZAS LEGAIS.....	506
79.5	CREDENCIAMENTO E REMUNERAÇÃO	507
79.6	CREDENCIAMENTO E ESCOLHA DO FORNECEDOR	507
79.7	DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO EDITAL	508
79.8	CREDENCIAMENTO E FIXAÇÃO DE PREÇOS NAS HIPÓTESES COMPATÍVEIS	508
79.9	CREDENCIAMENTO E REAJUSTE	509
79.10	CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E E-MARKETPLACE.....	509
79.11	POTENCIALIDADES DA IMPLANTAÇÃO DO E-MARKETPLACE PÚBLICO NO BRASIL	515
SEÇÃO III – DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO		517
80	PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE	518
80.1	CARÁTER PERMANENTE DA PRÉ-QUALIFICAÇÃO	519
80.2	ESPÉCIES.....	520
80.3	A PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE DA LEI Nº 14.133/2021 E A PRÉ-QUALIFICAÇÃO DE LICITANTES DA LEI Nº 8.666/93	521
80.4	DO PROCEDIMENTO.....	522
80.5	LICITAÇÃO RESTRITA AOS PRÉ-QUALIFICADOS.....	523
80.6	PRÉ-QUALIFICAÇÃO PERMANENTE E COMPARTILHAMENTO	524
SEÇÃO IV – DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE.....		525
81	PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE	525
SEÇÃO V – DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.....		527
82	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	530
82.1	PARÂMETROS E CONDIÇÕES LEGAIS PARA APLICAÇÃO NO SRP	531
82.2	CARACTERÍSTICAS DO SRP.....	532
82.3	CONDIÇÕES PARA A ADOÇÃO DO SRP	533
82.4	REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÕES DIRETAS	533
82.4.1	Registro de preços para contratações diretas e mercados com preços voláteis (fluidos)	534
82.5	SRP E MENOR PREÇO POR GRUPO	535
82.6	SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS PERMANENTE.....	537
82.7	ADOÇÃO DO SRP PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETOS BÁSICOS	538
82.8	SRP E REGIME DE EXECUÇÃO.....	541
82.9	CADASTRO DE RESERVA.....	541
82.10	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E NECESSIDADE DE ATUALIZAÇÃO OU ALTERAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS.....	542
82.10.1	Alteração e atualização dos preços registrados.....	544
82.10.2	Sugestões de modelagens para “atualização” da ata de registro de preços na Lei nº 14.133/2021	545
82.10.3	Sugestões de modelagens para “alteração” dos preços da ata de registro de preços.....	547
83	A INEXISTÊNCIA DA OBRIGATORIEDADE DE CONTRATAR.....	549

83.1	SRP, PRETENSÃO CONTRATUAL E BOA-FÉ	550
83.2	SRP E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	551
84	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	551
84.1	ATA DE REGISTRO DE PREÇOS X CONTRATO ADMINISTRATIVO	551
84.2	PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA	552
84.3	VALIDADE DA ATA E COMPETÊNCIA LEGISLATIVA.....	553
84.4	INÍCIO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA	553
84.5	SRP E ACRÉSCIMOS DOS QUANTITATIVOS CONTRATADOS.....	554
84.6	PRORROGAÇÃO DA ATA E RENOVAÇÃO DOS QUANTITATIVOS FIXADOS NA LICITAÇÃO.....	554
84.7	OBRIGAÇÃO DO FORNECEDOR E NOTA DE EMPENHO ENCAMINHADA APÓS O PRAZO DE VIGÊNCIA DA ATA.....	555
84.8	PREÇOS REGISTRADOS: REVISÃO ECONÔMICA E NEGOCIAÇÃO	555
85	REGISTRO DE PREÇOS PARA OBRAS	559
86	INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS.....	561
86.1	DA DISPENSA DO PROCEDIMENTO DE INTENÇÃO DE REGISTRO DE PREÇOS – IRP	561
86.2	ÓRGÃO GERENCIADOR, PARTICIPANTE E O NÃO PARTICIPANTE (“CARONA”).....	562
86.3	O ÓRGÃO PARTICIPANTE E A EFETIVAÇÃO DA CONTRATAÇÃO	562
86.4	ARP E OS ASPECTOS SUBJETIVOS IMPACTANTES NO PREÇO	563
86.5	DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.....	564
86.6	NATUREZA JURÍDICA DA ADESÃO	564
86.7	ADESÃO E LIMITES	565
86.7.1	Limites subjetivos.....	566
86.7.1.1	Limite subjetivo e vedação da adesão por órgãos e entes federais a atas de outros entes	567
86.7.1.2	Limite subjetivo e supressão da adesão a atas gerenciadas por órgãos e entes municipais.....	568
86.7.1.3	Limite subjetivo e impossibilidade de adesão a ata de estatal lastreada na lei nº 13.303/2016	569
86.7.1.4	Da possibilidade de adesão a item SRP estatal lastreado na lei nº 14.133/2021.....	571
86.7.2	Limite quantitativo individual.....	573
86.7.3	Limite quantitativo global	573
86.7.4	Limite temporal	574
86.7.5	Limite formal	574
86.7.6	Limite lógico.....	574
86.7.6.1	Limite lógico e necessidade de confecção de termo de referência	575
86.7.7	Limite procedimental.....	575
86.8	ADESÃO À ATA E ALTERAÇÕES DAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS ORIGINAIS.....	576
86.9	ADESÃO DE ÓRGÃOS FEDERAIS À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PROVENIENTE DE ENTIDADES DO “SISTEMA S”.....	577
86.10	ADESÃO DE ENTIDADES PRIVADAS À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DE ÓRGÃOS OU ENTIDADES FEDERAIS.....	577
86.11	DA ADESÃO EM SERVIÇOS DE ENGENHARIA	577
86.12	SRP E CONVÊNIOS	579

SUMÁRIO

86.13	SRP E APLICAÇÃO DE SANÇÕES	579
86.14	DA RECUSA DO FORNECEDOR REGISTRADO.....	580
86.15	POSSIBILIDADE DE SANCIONAMENTO PELA RECUSA DE FORNECIMENTO AO CARONA	580
SEÇÃO VI – DO REGISTRO CADASTRAL.....		581
87	DO REGISTRO CADASTRAL.....	582
87.1	SICAF, SISG E A GÊNESE DA IDEIA DO REGISTRO CADASTRAL COMO PROCEDIMENTO AUXILIAR	583
87.2	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP) E O REGISTRO CADASTRAL UNIFICADO	584
88	REGISTRO CADASTRAL E O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.....	585
88.1	REGISTRO CADASTRAL E AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DO CONTRATANTE.....	586
TÍTULO III – DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS		587
CAPÍTULO I – DA FORMALIZAÇÃO DOS CONTRATOS.....		587
89	CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	591
89.1	CARACTERÍSTICAS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	592
89.2	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	594
89.3	BREVE APONTAMENTO SOBRE A INCOMPLETUDE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO ..	594
90	CONVOCAÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO.....	595
90.1	PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA	595
90.2	CONVOCAÇÃO DE LICITANTE REMANESCENTE.....	596
90.3	LICITANTE REMANESCENTE E SANCIONAMENTO.....	597
90.4	PROCEDIMENTO APÓS ASSINATURA DO CONTRATO OU INÍCIO DA EXECUÇÃO.....	597
91	FORMALISMO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	598
91.1	RECONHECIMENTO DE DÍVIDA.....	599
91.2	RECONHECIMENTO DE DÍVIDA E ELEMENTOS CONDICIONANTES	600
91.3	RECONHECIMENTO DE DÍVIDA E BOA-FÉ CONTRATUAL	601
92	CLÁUSULAS NECESSÁRIAS	602
92.1	ADIMPLEMENTO DA OBRIGAÇÃO E QUITAÇÃO	603
92.2	CARACTERIZAÇÃO DO OBJETO.....	603
92.3	LIQUIDAÇÃO DE DESPESA	604
92.4	PERÍODO ANTECEDENTE.....	604
92.5	REAJUSTE E OBRIGATORIEDADE	604
93	CESSÃO DE DIREITOS PATRIMONIAIS.....	605
94	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP).....	606
94.1	CONTRATAÇÕES URGENTES, EFICÁCIA PRECÁRIA E CONVALIDAÇÃO DE EVENTUAL ATRASO NA PUBLICIDADE DO ATO.....	606
94.2	CONTRATAÇÃO DE ARTISTAS E DIVULGAÇÃO.....	607
95	OBRIGATORIEDADE E FACULTATIVIDADE DO INSTRUMENTO CONTRATUAL	607
95.1	HIPÓTESES DE FACULTATIVIDADE DE USO DO INSTRUMENTO E INTERPRETAÇÃO AMPLIATIVA	608
95.2	ORDEM DE SERVIÇO OU SOLICITAÇÃO DE SERVIÇO	609
95.3	CONTRATO VERBAL	609

CAPÍTULO II – DAS GARANTIAS	611
96 GARANTIA CONTRATUAL.....	612
96.1 GARANTIA E DISCRICIONARIEDADE.....	613
96.2 GARANTIA E NECESSÁRIA PREVISÃO NO EDITAL.....	614
96.3 MODALIDADES DE GARANTIA E OPÇÃO PELA CONTRATAÇÃO.....	614
96.4 CAUÇÃO	615
96.5 SEGURO-GARANTIA.....	616
96.6 FIANÇA BANCÁRIA.....	617
97 SEGURO-GARANTIA E ESPECIFICIDADES	617
98 GARANTIAS E PERCENTUAL ORDINÁRIO.....	618
98.1 GARANTIAS E PERCENTUAL ORDINÁRIO EM CONTRATOS DE PRESTAÇÃO CONTINUA ADA	619
99 GARANTIA COM LIMITE AMPLIADO E CLÁUSULA DE RETOMADA (<i>STEP-IN</i>).....	619
99.1 OBJETOS PASSÍVEIS DE ADOÇÃO DA GARANTIA COM LIMITE AMPLIADO.....	620
99.2 OUTRAS EXIGÊNCIAS LEGAIS NECESSÁRIAS À CONTRATAÇÃO.....	620
99.3 CONEXÃO DO ARTIGO 99 COM O ARTIGO 102	621
100 LIBERAÇÃO OU RESTITUIÇÃO DA GARANTIA.....	621
101 ENTREGA DE BENS PELA ADMINISTRAÇÃO E VALOR DA GARANTIA.....	621
102 SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA.....	621
102.1 PERFORMANCE BOND	622
102.2 PERFORMANCE BOND. VANTAGENS E RISCOS.....	624
102.3 SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA E REGRAS LEGAIS.....	627
102.4 CLÁUSULA DE RETOMADA E OBRIGATORIEDADE.....	628
102.5 CLÁUSULA DE RETOMADA E APLICAÇÃO RESTRITA A CONTRATAÇÕES DE GRANDE VULTO.....	628
102.6 SEGURO-GARANTIA COM CLÁUSULA DE RETOMADA E O DESAFIO DE ADAPTAÇÃO.....	629
CAPÍTULO III – DA ALOCAÇÃO DE RISCOS	630
103 MATRIZ DE RISCOS	631
103.1 ALOCAÇÃO DE RISCOS E EFICIÊNCIA ECONÔMICA.....	632
103.2 COBERTURA POR SEGURADORAS E ALOCAÇÃO DE RISCOS.....	634
103.3 ALOCAÇÃO DE RISCOS E MENSURAÇÃO DO VALOR ESTIMADO (TAXA DE RISCOS).....	635
CAPÍTULO IV – DAS PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO	636
104 PRERROGATIVAS CONTRATUAIS DA ADMINISTRAÇÃO (CLÁUSULAS EXORBITANTES).....	636
104.1 FISCALIZAÇÃO.....	637
104.2 APLICAÇÃO DE SANÇÕES	638
104.3 OCUPAÇÃO PROVISÓRIA	638
104.3.1 Ocupação provisória e serviços essenciais.....	639
104.3.2 Ocupação provisória e serviços terceirizados	640
104.4 IMPOSIÇÃO DE ÔNUS ESPECIAIS.....	640
CAPÍTULO V – DA DURAÇÃO DOS CONTRATOS.....	641
105 DURAÇÃO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E O AVANÇO EM RELAÇÃO À LEI Nº 8.666/93.....	642

SUMÁRIO

105.1	ORÇAMENTO.....	643
105.2	EXIGÊNCIA DE PREVISÃO NO PLANO PLURIANUAL.....	645
106	FORNECIMENTOS CONTÍNUOS.....	646
106.1	CARACTERIZAÇÃO COMO FORNECIMENTOS CONTÍNUOS (DE BENS OU SERVIÇOS).....	646
106.2	INAPLICABILIDADE DA MODELAGEM OBRIGATÓRIA DADA AOS SERVIÇOS CONTÍNUOS.....	647
106.3	DIRETRIZES PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS COM PRAZO DE ATÉ CINCO ANOS.....	647
106.3.1	Atestação de vantagem econômica na contratação plurianual.....	648
106.3.2	Existência de créditos orçamentários e vantagem na continuidade contratual.....	648
106.3.3	Extinção do contrato pela ausência de crédito orçamentário ou pela ausência de vantagem em sua continuidade.....	649
107	PRORROGAÇÃO (RENOVAÇÃO) ATÉ A VIGÊNCIA DECENAL.....	649
107.1	PRORROGAÇÃO X RENOVAÇÃO.....	650
107.2	PERÍODOS SUCESSIVOS.....	651
107.3	REQUISITOS.....	651
107.3.1	Renovação e previsão editalícia.....	651
107.3.2	Renovação e “vantajosidade”.....	652
107.3.3	pesquisa de preços e renovação de contratações de prestação continuada.....	653
107.4	RENOVAÇÃO CONTRATUAL E PASSOS FORMAIS.....	656
107.5	PRORROGAÇÃO E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO.....	657
107.6	RENOVAÇÃO (PRORROGAÇÃO) CONTRATUAL E IMPOSSIBILIDADE DE INOVAÇÃO NAS CONDIÇÕES CONTRATUAIS.....	657
108	CONTRATOS ESPECÍFICOS E PRAZO DE VIGÊNCIA DECENAL.....	658
109	CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E VIGÊNCIA INDETERMINADA.....	659
109.1	CONVÊNIOS E VIGÊNCIA INDETERMINADA.....	661
110	VIGÊNCIA NO CONTRATO DE EFICIÊNCIA.....	662
111	CONTRATOS POR ESCOPO E PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DA VIGÊNCIA.....	662
112	PRAZOS CONTRATUAIS PREVISTOS EM LEGISLAÇÃO ESPECIAL.....	664
113	VIGÊNCIA DO CONTRATO DE FORNECIMENTO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇO ASSOCIADO.....	664
114	VIGÊNCIA DOS CONTRATOS PARA OPERAÇÃO CONTINUADA DE SISTEMAS ESTRUTURANTES DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	665
	CAPÍTULO VI – DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS.....	665
115	DA EXECUÇÃO DOS CONTRATOS.....	666
115.1	SUSPENSÃO DO CONTRATO PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.....	667
115.2	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA DO CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO.....	668
115.3	PRORROGAÇÃO AUTOMÁTICA X TERMO ADITIVO.....	668
115.4	DA OBRIGATORIEDADE DE PRÉVIA OBTENÇÃO DA LICENÇA PRÉVIA.....	669
116	CONTRATO E RESERVA DE CARGOS.....	670
117	GESTÃO E FISCALIZAÇÃO CONTRATUAL.....	670
117.1	GESTOR DO CONTRATO E FISCAL DO CONTRATO.....	670
117.1.1	ESPÉCIES DE FISCALIZAÇÕES.....	671
117.2	ESPÉCIES DE FISCALIZAÇÕES.....	672
117.3	FISCAL DO CONTRATO E TERCEIRIZAÇÃO.....	673

LEIS DE LICITAÇÕES PÚBLICAS COMENTADAS – RONNY CHARLES LOPES DE TORRES

117.4 REGISTRO PELO FISCAL	674
117.5 FISCALIZAÇÃO E VEDAÇÕES A ATOS DE INGERÊNCIA	675
117.6 FISCALIZAÇÃO E ÓRGÃOS DE ACESSORAMENTO JURÍDICO E DE CONTROLE INTERNO DA ADMINISTRAÇÃO	676
118 PREPOSTO DA EMPRESA	676
119 EXECUÇÃO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO POR VÍCIOS	678
120 EXECUÇÃO CONTRATUAL E RESPONSABILIDADE DO CONTRATADO POR DANOS	678
121 RESPONSABILIDADE TRABALHISTA, PREVIDENCIÁRIA, FISCAL E COMERCIAL	678
121.1 CONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO (STF ADC 16).....	679
121.2 ENUNCIADO 331 DO TST	680
121.3 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO POR DÉBITOS TRABALHISTAS.....	682
121.4 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E CONTRATO DECORRENTE DE OBRA	685
121.4.1 Instrução Normativa nº 06/18 e cláusulas assecuratórias de direitos trabalhistas quando da execução indireta de obras públicas	685
121.5 LIMITES AMPLOS DA RESPONSABILIZAÇÃO SUBSIDIÁRIA	687
121.6 RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA E DESVIO DE FUNÇÃO	687
121.7 CONVÊNIOS E RESPONSABILIDADE TRABALHISTA DO CONVENENTE	688
121.8 CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO E CONTA VINCULADA.....	689
121.9 CONTRATOS DE EVENTO MUSICAL E RESPONSABILIZAÇÃO PELO PAGAMENTO DE DIREITOS AUTORAIS	690
121.10 ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA.....	691
122 SUBCONTRATAÇÃO	691
122.1 SUBCONTRATADO E EXIGÊNCIA DE HABILITAÇÃO.....	692
123 DECISÃO ADMINISTRATIVA E DEVER DE EMISSÃO	692
CAPÍTULO VII – DA ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS E DOS PREÇOS	693
124 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS	696
124.1 ALTERAÇÕES QUALITATIVAS	696
124.2 ALTERAÇÕES QUANTITATIVAS.....	697
124.3 ALTERAÇÕES QUALITATIVAS-QUANTITATIVAS	697
124.4 ALTERAÇÃO UNILATERAL E MOTIVAÇÃO.....	697
124.5 ALTERAÇÃO UNILATERAL E AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO CONTRATO	698
124.6 ALTERAÇÃO CONSENSUAL	698
124.6.1 Alteração consensual e substituição da garantia de execução.....	699
124.6.2 Alteração consensual e mudança do regime de execução	699
124.6.3 Mudança da forma de pagamento e vedação à antecipação de pagamento	702
124.7 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO	704
124.7.1 Objeto do reequilíbrio econômico.....	706
124.7.2 Reequilíbrio econômico e termo aditivo.....	707
124.7.3 Reequilíbrio econômico e variação de taxa cambial	708
124.7.4 Reequilíbrio econômico e alocação do risco pelo contrato (matriz de riscos)	709
124.7.5 Cumulação de reajuste e reequilíbrio econômico	709
124.8 FALHA NO PROJETO E RESPONSABILIDADE.....	710
125 ALTERAÇÕES UNILATERAIS E LIMITES.....	710

SUMÁRIO

125.1 LIMITES E INCIDÊNCIA PARA ALTERAÇÕES QUALITATIVAS OU QUANTITATIVAS	712
125.2 LIMITES E ALTERAÇÕES CONSENSUAIS.....	713
125.3 ATUALIZAÇÃO DO VALOR E INCIDÊNCIA DOS LIMITES PERCENTUAIS	714
125.4 LIMITES PERCENTUAIS E RENOVAÇÕES CONTRATUAIS.....	715
125.5 LIMITES PERCENTUAIS E PLURALIDADE DE ITENS.....	715
125.6 CUMULAÇÃO ENTRE ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES	716
125.7 CONTRATOS DE PRESTAÇÃO CONTINUADA E NÃO RENOVAÇÃO ANUAL DO LIMITE LEGAL	718
125.8 CONTRATOS SOB DEMANDA	719
125.9 ALTERAÇÕES UNILATERAIS E ECONOMIA DE ESCALA	719
126 ALTERAÇÕES CONTRATUAIS E NÃO TRANSFIGURAÇÃO DO OBJETO.....	720
127 ALTERAÇÕES QUALITATIVAS E FIXAÇÃO DOS PREÇOS.....	720
128 ADITAMENTOS E PROPORÇÃO ENTRE VALOR GLOBAL DO CONTRATO E O PREÇO GLOBAL DE REFERÊNCIA	722
129 INDENIZAÇÃO PELOS MATERIAIS JÁ ADQUIRIDOS.....	722
130 ALTERAÇÃO UNILATERAL E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO	722
131 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO E PRECLUSÃO LÓGICA	723
131.1 NÃO APLICAÇÃO DA REGRA DE PRECLUSÃO LÓGICA NA PRORROGAÇÃO DE CON- TRATOS DE ESCOPO.....	724
132 ADITIVO CONTRATUAL.....	725
133 CONTRATAÇÃO INTEGRADA, SEMI-INTEGRADA E ALTERAÇÃO DOS VALORES CONTRATUAIS	725
134 MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO.....	726
134.1 REEQUILÍBRIO ECONÔMICO.....	727
134.2 REAJUSTE EM SENTIDO ESTRITO.....	727
134.2.1 Reajuste, anualidade e marco inicial.....	728
134.2.2 Reajuste e requerimento formal.....	729
134.2.3 Reajuste antes de um ano de vigência contratual.....	730
134.2.4 Obrigatoriedade da previsão do reajuste no edital ou contrato.....	730
134.2.5 Impossibilidade de concessão ordinária de reajuste, sem previsão no edital ou contrato.....	731
134.2.6 Contrato, sem previsão de reajuste, que suplante a anualidade por culpa da Administração.....	733
134.2.7 Reajuste e preclusão lógica.....	734
134.3 REACTUAÇÃO.....	736
134.4 ALTERAÇÃO TRIBUTÁRIA E REPERCUSSÃO ECONÔMICA.....	736
134.5 PERDA DO ENQUADRAMENTO COMO ME/EPP E MANUTENÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO.....	736
134.6 ADOÇÃO DE ALÍQUOTAS EQUIVOCADAS NA PROPOSTA E VEDAÇÃO À UNILATERAL ALTERAÇÃO POSTERIOR, PELA ADMINISTRAÇÃO	737
135 REACTUAÇÃO	743
135.1 REACTUAÇÃO E REQUISITOS MÍNIMOS.....	744
135.2 REACTUAÇÃO E SERVIÇOS CONTINUADOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.....	744
135.3 CARACTERIZAÇÃO DO SERVIÇO COMO “COM” OU “SEM” DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA.....	746

135.4	REPACTUAÇÃO E ANÁLISE DE PLANILHA	747
135.5	MOMENTO DE INCIDÊNCIA DA REPACTUAÇÃO	748
135.6	REPACTUAÇÃO E EFEITOS FINANCEIROS	749
135.7	CRITÉRIO DA REPACTUAÇÃO PARA CUSTOS DECORRENTES DO MERCADO (INSUMOS DIVERSOS)	750
135.8	REPACTUAÇÃO COMO DIREITO DO CONTRATADO E A PRECLUSÃO LÓGICA ADMINISTRATIVA.....	751
135.9	PRECLUSÃO LÓGICA PARCIAL	755
135.10	REPACTUAÇÃO E CATEGORIAS PROFISSIONAIS NÃO ALCANÇADAS PELA CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO.....	755
135.11	REPACTUAÇÃO E SALÁRIO MÍNIMO.....	757
135.12	REPACTUAÇÃO E REMUNERAÇÃO MAIOR QUE O PISO SALARIAL ALTERADO	758
135.13	REPACTUAÇÃO, APOSTILAMENTO E ANÁLISE PELA ASSESSORIA JURÍDICA	758
135.14	PLANILHAS	759
135.15	IRPJ E CSLL EM PLANILHAS DE CUSTOS	759
136	APOSTILA.....	760
CAPÍTULO VIII – DAS HIPÓTESES DE EXTINÇÃO DOS CONTRATOS		760
137	EXTINÇÃO CONTRATUAL.....	762
137.1	SITUAÇÕES QUE PODEM GERAR A EXTINÇÃO DO CONTRATO	763
137.2	EXTINÇÃO E DEVIDO PROCESSO LEGAL	765
137.3	EXTINÇÃO CONTRATUAL E CAUTELAR ADMINISTRATIVA	766
137.4	<i>EXCEPTIO NON ADIMPLETI CONTRACTUS</i>	766
137.5	ATRASO NO PAGAMENTO COMO INSTRUMENTO DE CORRUPÇÃO	767
137.6	SUSPENSÃO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.....	768
137.6.1	Da suspensão unilateral pela administração	768
137.6.2	Da suspensão unilateral pelo particular	770
137.6.3	Da suspensão contratual consensual	771
137.6.4	Da alteração contratual para sustação ou alteração de parte da execução contratual (suspensão parcial)	772
137.7	DOS EFEITOS DECORRENTES DA SUSPENSÃO	772
137.7.1	DOS EFEITOS DECORRENTES DA SUSPENSÃO INTEGRAL.....	772
137.7.2	DOS EFEITOS DECORRENTES DA SUSPENSÃO PARCIAL.....	773
137.8	DA FORMALIZAÇÃO DA SUSPENSÃO	774
137.9	EXTINÇÃO DE CONVÊNIOS E PROCESSAMENTO SEM CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA.....	774
138	ESPÉCIES DE EXTINÇÃO CONTRATUAL (UNILATERAL, CONSENSUAL, ARBITRAL OU JUDICIAL).....	776
138.1	LIMITES PARA A EXTINÇÃO CONSENSUAL.....	776
138.2	JUÍZO ARBITRAL	778
138.3	EXTINÇÃO CONTRATUAL E INDENIZAÇÃO.....	779
139	CONSEQUÊNCIAS DA EXTINÇÃO UNILATERAL	780
CAPÍTULO IX – DO RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO.....		782
140	RECEBIMENTO PROVISÓRIO E RECEBIMENTO DEFINITIVO.....	783
140.1	GLOSA.....	784

CAPÍTULO X – DOS PAGAMENTOS	785
141 DA ORDEM CRONOLÓGICA DOS PAGAMENTOS.....	786
141.1 IMPORTÂNCIA DO RESPEITO À ORDEM CRONOLÓGICA.....	787
141.2 DO MANDADO DE SEGURANÇA PARA QUE SEJA RESPEITADA A ORDEM CRONOLÓGICA	788
141.3 ORDEM CRONOLÓGICA E A INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES/ME Nº 77/2022.....	790
141.4 OPERAÇÃO DE CRÉDITO GARANTIDA POR CESSÃO FIDUCIÁRIA DOS DIREITOS DE CRÉDITOS DECORRENTES DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....	794
142 PAGAMENTO ATRAVÉS DE CONTA VINCULADA OU PELA COMPROVAÇÃO DO FATO GERADOR.....	796
143 PARTE INCONTROVERSA DA EXECUÇÃO E DIREITO AO PAGAMENTO	797
144 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL.....	797
144.1 DA MOTIVAÇÃO.....	798
144.2 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E PAGAMENTO	798
144.3 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E LIMITE ORÇAMENTÁRIO.....	799
144.4 REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E ORÇAMENTO SIGILOSO.....	799
144.5 EXEMPLO DE APLICAÇÃO DA REMUNERAÇÃO VARIÁVEL.....	800
145 PAGAMENTO ANTECIPADO	801
145.1 PAGAMENTO ANTECIPADO EM UMA SUCINTA PERSPECTIVA ECONÔMICA	803
145.2 PAGAMENTO ANTECIPADO E A NECESSIDADE DE PRÉVIA LIQUIDAÇÃO DA DESPESA ..	804
146 LIQUIDAÇÃO DE DESPESAS E COMUNICAÇÃO À ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	807
CAPÍTULO XI – DA NULIDADE DOS CONTRATOS.....	807
147 NULIDADE DOS CONTRATOS.....	808
147.1 CONVALIDAÇÃO ADMINISTRATIVA.....	810
148 NULIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E EFEITOS PROSPECTIVOS.....	814
149 NULIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO E INDENIZAÇÃO.....	815
150 CONTRATAÇÕES E INDICAÇÃO DE CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS.....	816
150.1 FALTA DE APROVAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL.....	816
CAPÍTULO XII – DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	818
151 MEIOS ALTERNATIVOS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS	818
151.1 RESOLUÇÃO DE CONFLITOS CONTRATUAIS E AS CÂMARAS DE PREVENÇÃO E RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA DE CONFLITOS LEI Nº 13.140/2015.....	819
152 ARBITRAGEM DE DIREITO.....	821
153 TERMO ADITIVO PARA INCLUSÃO DE CLÁUSULA ARBITRAL	822
154 PROCESSO DE ESCOLHA DOS ÁRBITROS	822
TÍTULO IV – DAS IRREGULARIDADES	823
CAPÍTULO I – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	823
155 REGRAMENTO SOBRE SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	826
155.1 INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	827
155.2 SUJEITO PASSIVO DAS SANÇÕES	830
156 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS NAS LICITAÇÕES.....	830
156.1 DA ADVERTÊNCIA.....	831

156.2 DA MULTA	832
156.2.1 Efeito da multa	833
156.3 DO IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR.....	833
156.3.1 Efeitos da sanção impedimento de licitar e contratar	833
156.3.2 Amplitude da sanção impedimento.....	834
156.3.3 Prazo da sanção impedimento.....	834
156.4 DA DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR OU CONTRATAR.....	834
156.4.1 Declaração de inidoneidade e efeitos.....	835
156.4.2 Amplitude da sanção declaração de inidoneidade.....	835
156.4.3 Prazo da sanção declaração de inidoneidade.....	836
156.4.4 TCU e declaração de inidoneidade.....	836
156.5 APLICAÇÃO DA RESTRIÇÃO GERADA PELAS SANÇÕES IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR E DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE, DURANTE O CERTAME.....	837
156.6 EFEITO RESTRITIVO DAS SANÇÕES E A PRORROGAÇÃO DE CONTRATOS.....	838
156.7 AFASTAMENTO CAUTELAR DOS EFEITOS RESTRITIVOS DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.....	839
156.8 COMPETÊNCIA PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES.....	840
156.8.1 Declaração de inidoneidade e competência exclusiva.....	841
156.8.2 Declaração de inidoneidade e conselhos profissionais.....	842
156.8.3 Aplicação de sanção por autarquia e recurso para Ministro.....	843
156.9 APLICAÇÃO DAS SANÇÕES.....	844
157 PROCESSAMENTO DA MULTA.....	845
158 DO PROCESSO PARA APLICAÇÃO DAS SANÇÕES DE IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR, E DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE.....	845
158.1 PRESCRIÇÃO ADMINISTRATIVA.....	847
159 DOS ATOS LESIVOS DA LEI Nº 12.846/2013 – APURAÇÃO E JULGAMENTO CONJUNTO.....	848
160 DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.....	849
161 PUBLICIDADE NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS INIDÔNEAS E SUSPENSAS (CEIS) E NO CADASTRO NACIONAL DE EMPRESAS PUNIDAS (CNEP).....	853
162 MULTA MORATÓRIA.....	854
163 REABILITAÇÃO DO LICITANTE OU CONTRATADO.....	854
CAPÍTULO II – DAS IMPUGNAÇÕES, DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO E DOS RECURSOS.....	855
164 DAS IMPUGNAÇÕES.....	856
164.1 IMPUGNAÇÃO E EFEITO SUSPENSIVO.....	857
164.2 IMPUGNAÇÃO E PRECLUSÃO LÓGICA.....	858
164.3 ACOLHIMENTO DE IMPUGNAÇÃO AO EDITAL.....	858
164.4 DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO E CABIMENTO DE RECURSO.....	859
165 RECURSO ADMINISTRATIVO.....	859
165.1 PRESSUPOSTOS RECURSAIS.....	860
165.2 RECURSO E LEGITIMIDADE.....	861
165.3 ESPÉCIES DE RECURSOS NA LEI Nº 14.133/2021 E SEU RITO.....	861
165.4 COMPETÊNCIA PARA JULGAMENTO DO RECURSO.....	864
165.5 RECURSO E AUTORIDADE INCOMPETENTE.....	864

SUMÁRIO

165.6 INSTRUÇÃO NORMATIVA SEGES 73/2022 E O RECURSO ADMINISTRATIVO.....	865
166 RECURSO E AS SANÇÕES DE ADVERTÊNCIA, MULTA E IMPEDIMENTO DE LICITAR E CONTRATAR	865
166.1 NÃO CABIMENTO DE RECURSO HIERÁRQUICO PRÓPRIO, PARA O MINISTRO DE ESTADO, EM VIRTUDE DA APLICAÇÃO DE SANÇÕES DISCIPLINARES, POR AUTARQUIA SUPERVISIONADA.....	865
166.2 DO PARECER VINCULANTE AC 51 DA AGU.....	870
167 PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO E SANÇÃO DE DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE.....	872
168 EFEITO SUSPENSIVO.....	872
168.1 RECURSO ADMINISTRATIVO E APOIO DA ASSESSORIA JURÍDICA.....	874
CAPÍTULO III – DO CONTROLE DAS CONTRATAÇÕES	874
169 O CONTROLE NAS CONTRATAÇÕES.....	876
169.1 BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE A ATIVIDADE DE CONTROLE.....	877
169.2 AS LINHAS DE DEFESA.....	878
169.3 PREMISSAS DE ATUAÇÃO DAS LINHAS DE DEFESA.....	880
170 ÓRGÃOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.....	881
171 PREMISSAS PARA A ATUAÇÃO DO CONTROLE.....	881
171.1 DA SUSPENSÃO CAUTELAR DO PROCESSO LICITATÓRIO.....	882
172 SÚMULAS DO TCU E VINCULAÇÃO (VETADO).....	883
173 DA CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES EFETIVOS E EMPREGADOS PÚBLICOS.....	885
TÍTULO V – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	886
CAPÍTULO I – DO PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS	886
174 PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS (PNCP).....	887
174.1 DO OBJETIVO DE DIVULGAÇÃO DOS ATOS.....	889
174.2 REALIZAÇÃO DAS CONTRATAÇÕES PELOS ÓRGÃOS E ENTIDADES DE TODOS OS ENTES FEDERATIVOS.....	890
174.3 COMITÊ GESTOR DA REDE NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS.....	891
174.3.1 Regulamentação do comitê gestor da rede nacional de contratações públicas.....	892
175 POSSIBILIDADE DE DIVULGAÇÃO COMPLEMENTAR E INTEGRAÇÃO COM SISTEMAS PRIVADOS.....	893
175.1 APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 SEM A IMPLEMENTAÇÃO DO PNCP.....	894
175.2 DA DIVULGAÇÃO COMPLEMENTAR DAS CONTRATAÇÕES MUNICIPAIS.....	899
176 REGRAS ESPECÍFICAS PARA MUNICÍPIOS COM ATÉ 20.000 (VINTE MIL) HABITANTES.....	900
CAPÍTULO II – DAS ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS	901
177 ALTERAÇÃO LEGISLATIVA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL.....	903
178 ALTERAÇÃO LEGISLATIVA NO CÓDIGO PENAL.....	904
179 ALTERAÇÃO NA LEI DE CONCESSÕES (LEI Nº 8.987/1995).....	904
180 ALTERAÇÃO NA LEI DE CONCESSÕES (LEI Nº 11.079/2004).....	904
CAPÍTULO III – DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS E FINAIS	904
181 CENTRAIS DE COMPRAS E COMPRAS COMPARTILHADAS.....	906
181.1 CENTRAIS DE COMPRAS E COMPRAS COMPARTILHADAS.....	906
181.2 CONSÓRCIO PÚBLICO.....	907
181.3 COMPRAS COMPARTILHADAS SEM UTILIZAÇÃO DO SRP.....	907

181.4 COOPERAÇÃO E COMPRAS COMPARTILHADAS ENTRE ÓRGÃOS CONTRATANTES NA UNIÃO EUROPEIA	907
182 ATUALIZAÇÃO DOS VALORES FIXADOS PELA LEI Nº 14.133/2021	910
183 DOS PRAZOS INDICADOS NA LEI Nº 14.133/2021	911
184 APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 AOS CONVÊNIOS, ACORDOS, AJUSTES E OUTROS INSTRUMENTOS CONGÊNERES.....	912
184.1 CONVÊNIOS, TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA E CONTRATO DE REPASSE	913
184.2 TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA	914
184.3 UTILIZAÇÃO DISSIMULADA DO CONVÊNIO, EM DETRIMENTO DE UM CONTRATO ADMINISTRATIVO	915
184.4 CONVÊNIOS E DENÚNCIA PELO CONVENIENTE.....	917
184.5 CONVÊNIOS (EM SENTIDO AMPLO) COM ENTIDADES PRIVADAS, SEM FINS LUCRATIVOS	918
184.6 CONVÊNIOS COM ENTIDADES PRIVADAS, SEM FINS LUCRATIVOS, E DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	920
184.7 CONVÊNIOS COM ENTIDADES PRIVADAS, SEM FINS LUCRATIVOS, E REMUNERAÇÃO DA EQUIPE	920
184.8 CONVÊNIOS COM ENTIDADES PRIVADAS, SEM FINS LUCRATIVOS, E CHAMAMENTO PÚBLICO	921
185 APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 ÀS ESTATAIS	922
186 APLICAÇÃO SUBSIDIÁRIA	922
187 LICITAÇÕES E PODER REGULAMENTAR	922
187.1 PODER REGULAMENTAR X PODER HIERÁRQUICO.....	924
187.2 PODER REGULAMENTAR X PODER NORMATIVO.....	926
187.3 REGULAMENTAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021 PELOS DEMAIS ENTES FEDERATIVOS.....	926
187.4 APLICAÇÃO DOS REGULAMENTOS EDITADOS PELA UNIÃO, PELOS DEMAIS ENTES.....	927
188 REGULAMENTAÇÃO EM NORMATIVO ÚNICO (VETADO)	928
189 DAS REFERÊNCIAS EXPRESSAS AOS ANTIGOS REGIMES LICITATÓRIOS.....	929
190 DOS CONTRATOS ANTERIORES À APLICAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021	929
191 DA ESCOLHA DISCRICIONÁRIA ENTRE O REGIME LICITATÓRIO NOVO E O ANTIGO	930
191.1 DA OPÇÃO DE USO ALTERNADO DO REGIME NOVO E DO REGIME ANTIGO NO PERÍODO DE CONVIVÊNCIA NORMATIVA	931
191.2 O ARTIGO 191 DA NLLCA E O SIGNIFICADO DE "OPTAR POR LICITAR".....	932
191.3 INADEQUAÇÃO DA APLICAÇÃO AUTOMÁTICA DO "PRECEDENTE" IDENTIFICADO NO ACÓRDÃO Nº 2.279/2019 DO TCU.....	940
191.4 ARTIGO 191 E AS LICITAÇÕES PARA REGISTRO DE PREÇOS REALIZADAS COM BASE NA LEGISLAÇÃO ANTERIOR.....	942
191.5 APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR AOS CONTRATOS FIRMADOS COM BASE NELA, MESMO APÓS A SUA REVOGAÇÃO	943
191.6 PRORROGAÇÃO E RENOVAÇÃO DOS CONTRATOS FIRMADOS COM BASE NA LEGISLAÇÃO ANTIGA, APÓS SUA REVOGAÇÃO	944
191.7 NÃO APLICAÇÃO DAS LEIS DE LICITAÇÕES ESTADUAIS E MUNICIPAIS, DIANTE DA REVOGAÇÃO DA LEI N. 8.666, DE 1993	947
192 CONTRATO RELATIVO A IMÓVEL DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO.....	947
193 REVOGAÇÃO DOS ANTIGOS REGIMES LICITATÓRIOS	947
194 VIGÊNCIA DA LEI	948

PARTE 2
LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006

CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES.....	951
1 OBSERVAÇÃO.....	954
2 SÍNTESE SOBRE A EVOLUÇÃO DO ESTADO.....	954
3 PRINCÍPIO DA IGUALDADE.....	959
4 REGULAMENTO E CONTRATAÇÃO DE OBRAS.....	961
5 SÍNTESE HISTÓRICA.....	962
CAPÍTULO II – DA DEFINIÇÃO DE MICROEMPRESA E DE EMPRESA DE PEQUENO PORTE	964
6 LEI COMPLEMENTAR 123/2006 E O TRATAMENTO DIFERENCIADO NAS LICITAÇÕES.....	967
6.1 POSSIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DAS REGRAS DE LICITAÇÃO DA LC 123 POR LEI ORDINÁRIA.....	969
7 PERTINÊNCIA DO TRATAMENTO DIFERENCIADO.....	970
8 PERDA DO ENQUADRAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO.....	971
8.1 PERDA DO ENQUADRAMENTO DURANTE A VIGÊNCIA CONTRATUAL E SERVIÇOS CONTÍNUOS.....	973
9 PARTICIPAÇÃO DE ME OU EPP EM CERTAME COM VALOR MAIOR QUE O RESPECTIVO ENQUADRAMENTO.....	973
10 INFORMAÇÃO FALSA E RESPONSABILIDADE.....	974
11 SERVIÇO DE CESSÃO DE MÃO DE OBRA E NÃO INCIDÊNCIA DO SIMPLES NACIONAL.....	976
12 PESSOAS EQUIPARADAS A ME/EPP (COOPERATIVAS, MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL (MEI), PRODUTOR RURAL E AGRICULTOR FAMILIAR).....	978
CAPÍTULO V – DO ACESSO AOS MERCADOS.....	980
SEÇÃO ÚNICA – DAS AQUISIÇÕES PÚBLICAS	980
13 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA POSTERGADA.....	980
13.1 TRATAMENTO DIFERENCIADO E DÉBITOS COM A SEGURIDADE SOCIAL.....	981
13.2 COMENTÁRIOS À REGULARIDADE POSTERGADA.....	981
14 EMPATE FICTO.....	982
14.1 UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO DESEMPATE FICTO.....	983
14.2 CONDIÇÃO COMO MICROEMPRESA E VERIFICAÇÃO.....	984
14.3 EMPATE FICTO E PROCEDIMENTO DE DESEMPATE.....	984
15 PRAZO PARA NOVAS PROPOSTAS.....	985
16 DESEMPATE FICTO E DESESTÍMULO À ECONOMICIDADE.....	986
17 DESEMPATE FICTO E OBRIGATORIEDADE.....	986
18 LICITANTE COELHO E DESEMPATE FICTO.....	987
19 MODALIDADES NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E PERCENTUAL DE APLICAÇÃO DO DESEMPATE FICTO.....	987
20 CÉDULA DE CRÉDITO MICROEMPRESARIAL.....	990
21 LIQUIDAÇÃO DA DESPESA.....	991
22 LICITAÇÕES DIFERENCIADAS.....	992

22.1	DA APROVAÇÃO DE LEGISLAÇÃO MAIS BENÉFICA POR ESTADOS E MUNICÍPIOS (PARÁGRAFO ÚNICO DO ARTIGO 47).....	992
22.2	LICITAÇÕES EXCLUSIVAS	994
22.2.1	Licitações exclusivas e adesão no Sistema de Registro de Preços	995
22.2.2	Licitações exclusivas e restrição às empresas sediadas no Estado	996
22.2.3	Licitações exclusivas e serviços contínuos	998
22.2.4	Licitações exclusivas e posterior aditamento contratual	1000
22.2.5	Licitações exclusivas e aglutinação de itens em grupos	1000
22.3	SUBCONTRATAÇÃO.....	1001
22.3.1	Subcontratação e indicação de empresa	1001
22.3.2	Subcontratação e exigências.....	1001
22.3.3	Regulamentação federal.....	1002
22.3.4	Subcontratação e fornecimento de bens.....	1003
22.4	COTA DE 25%.....	1003
22.4.1	Cota no item x cota de item.....	1004
22.4.2	Cota de 25% e regulamento federal.....	1006
22.4.3	Cota de 25% e limite sistemático.....	1006
22.5	PROBLEMAS PRÁTICOS NAS LICITAÇÕES EXCLUSIVAS.....	1013
22.5.1	Licitações exclusivas e itens espelho.....	1014
22.5.2	Cotas exclusivas e prioridade de contratação.....	1015
22.6	PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO PARA ME/EPP.....	1016
23	INAPLICABILIDADE DAS LICITAÇÕES DIFERENCIADAS	1017
23.1	NÚMERO MÍNIMO DE FORNECEDORES COMPETITIVOS.....	1017
23.2	EXISTÊNCIA DE DESVANTAGEM OU PREJUÍZO.....	1018
23.3	CONTRATAÇÃO DIRETA.....	1019
24	REFLEXÃO.....	1020
25	RESTRIÇÃO DA LICITAÇÃO A EMPRESAS SEDIADAS NO ESTADO E INCONSTITUCIONALIDADE.....	1020
26	LEI E RESPEITO À ISONOMIA ENTRE LICITANTES	1021
	REFERÊNCIAS	1023
	ÍNDICE REMISSIVO.....	1037